

Os prazos da dívida até março

Com reservas cambiais avançadas (o governo estima em US\$ 6 bilhões até os últimos dias de 1984), o Brasil vive um momento diferente em relação aos anos anteriores, quando esteve com a corda no pescoço. Entretanto, o País tem dois prazos fatais pela frente. O primeiro, de 1º de janeiro a 17 de fevereiro. Nesse período, as autoridades financeiras devem concluir o acordo com os bancos credores, para o reescalonamento de uma dívida de US\$ 51 bilhões, que pelos contratos originais deve vencer de 1985 a 1991. Se não acertar os ponteiros até lá, duas coisas podem acontecer. O país pede mais um *interim agreement* (pelo qual o País deixa de amortizar prestações de sua dívida a vencer ou vencida no período, sem ser considerado inadimplente) ou é considerado inadimplente, propriamente dito. Para evitar essa situação constrangedora, o País pode pedir ao governo dos Estados Unidos um empréstimo — ponte, que, permitirá honrar os compromissos até que acerte com os bancos.

O segundo prazo fatal é de ordem interna. No próximo dia 15 será conhecido o novo presidente que governará o País até 1990. Da data da eleição via Colégio Eleitoral até a posse, a 15 de março, serão dois meses em que praticamente haverá dois governos, com o atual, chefiado pelo presidente Figueiredo, decidindo questões que dirão respeito ao sucessor.

Ainda nesse "limbo" de dois meses, o sucessor já confirmado estará dando as cartas e fixando as regras do jogo de seu governo. A priori, nada estará acontecendo de sensacional, pois o candidato favorito, Tancredo Neves, não quer tomar medidas de impacto, indicando que a mudança de governo — e de regime procurará não desarticular de uma única guinada os elos de sustentação do Poder, a fim de evitar comoções que viriam dificultar os próximos passos do governo empossado.

Mas essa intenção, deixada clara pelo chefe da assessoria econômica de Tancredo Neves, José Serra, não é suficiente para não provocar alguns abalos, que estão surgindo automaticamente. Isso chega a ser natural, pois a transição de um governo militar para um civil, interrompendo um processo de 20 anos, não é um acontecimento desprezível.

Não resta a menor dúvida de que os credores brasileiros gostariam de acertar as bases do novo esquema de pagamento da dívida do País de uma forma mais consistente e duradoura, pois eles já dispõem de um volume de informações o suficiente para pensar e agir desta maneira. O clima existente no País é de repúdio à dívida externa e, por consequência, às duras condições impostas pelos próprios credores para o seu pagamento.

A negociação da Fase III do plano de pagamento da dívida brasileira mereceu duas viagens do presidente do Banco Central, Affonso Celso Pastore, a Nova Iorque. Ele retornará aos Estados Unidos, no próximo dia 3, levando uma contra-proposta ao Comitê Assessor, que rejeitou partes da proposta original do Brasil, que reivindicava o mesmo tratamento dado pelos bancos por ocasião da renegociação do débito mexicano.

Originalmente, a proposta brasileira é pelo reescalonamento de US\$ 51 bilhões da dívida a vencer entre 1985 a 1991 (durante esse período o País somente pagaria juros). A proposição brasileira ainda incluiria, naquele montante, parte das parcelas negociadas nas Fases I e II. Os bancos querem a exclusão da Fase III dos recursos das duas primeiras fases, o que reduziria o montante negociado para US\$ 37 bilhões.

Outra questão diz respeito à redução do *spread* (taxa de risco) para 1,125 acima da taxa interbancária vigente em Londres (Libor), o que foi dado ao México. Os bancos apresentaram uma contraproposta, aceitando, em princípio essa redução, mas aplicando em escala móvel (seriada) nos pagamentos ao longo do tempo. O Brasil também pediu carência de oito anos, enquanto os bancos pretendem eliminá-la em troca de uma forma de pagamento mais suave durante esse prazo, até que se estabeleça a plenitude das amortizações do principal da dívida brasileira.